



f@ro
Revista Teórica del Departamento de Ciencias de la Comunicación y de la Información
Universidad de Playa Ancha - Valparaíso - Chile
ISSN 0718-4018 / AÑO 3 - NÚMERO 5

[Inicio](#) [Monográfico](#) [Estudios](#) [Reseñas](#) [e-Recursos](#) [Convocatoria 6](#)



Instrumentos Integradores Do Ensino, Pesquisa E Extensão: O Caso Dos Grupos De Pesquisa

Marta Valentim
Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília)
[\[Descargar PDF\]](#) - [\[Descargar SWF\]](#)

Resumo: A pesquisa é a mola propulsora para a construção de conhecimento e, por isso mesmo, é essencial para o professor-pesquisador compreender e refletir sobre o objeto teórico-prático que vivencia na docência. Além disso, estabelece uma conexão com o aluno de graduação, fazendo com que ele aprenda a pensar e refletir sobre as questões inerentes a área de formação. Nesse sentido, a formação e consolidação de grupos de pesquisa têm sido fomentadas pelas agências de fomento brasileiras. O docente é pesquisador por essência, pois não há possibilidade de ministrar aulas sem pesquisa, assim como a relação com a comunidade sempre se dá a partir do objeto estudado. A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão não ocorre de forma espontânea, mas sim, por meio de ações planejadas e dirigidas pelos gestores universitários. Isso requer maior consciência dos governantes, gestores universitários e docentes/pesquisadores, de modo que defendam e invistam em uma política universitária voltada ao desenvolvimento da pesquisa como alicerce para as ações nos contextos do ensino e da extensão, assim como requer clareza por parte dos docentes/pesquisadores nas ações formativas que desenvolvem no campo científico em que atuam. e introdujo en la Carrera de Bibliotecología y en la Universidad de Playa Ancha el desarrollo de habilidades en Información. Se describe su proceso, contenido, resultados y las formas en que actualmente se trabaja la ALFIN desde la Carrera de Bibliotecología, comentándose brevemente los proyectos a futuro.

Palavras chaves: Ensino-Pesquisa-Extensão; Grupos de Pesquisa; Ensino com Pesquisa; Instrumentos de Integração Educacionais; alfabetización en Información - Formación de los Bibliotecólogos.

Resumen: La investigación es la mola propulsora para la construcción del conocimiento y, por eso mismo, es esencial para que el profesor-investigador comprenda y refleje acerca del objeto teórico-práctico que experimenta en la enseñanza. Más allá de eso, establece una conexión con lo estudiante de graduación, haciendo con que él aprenda a pensar y reflejar acerca de las cuestiones inherentes a la área de formación. En ese sentido, la formación y la consolidación de los grupos de investigación han sido fomentadas por las agencias brasileñas de investigación. El profesor es un investigador por la esencia, por lo tanto no hay la posibilidad de el ministrar las clases sin investigación, así como la relación con la comunidad siempre ocurre a partir del objeto estudiado. La indissociabilidad entre la enseñanza, investigación y extensión no ocurren de forma espontánea, pero sí, por medio de acciones planeadas y manejadas por el gestores de la universidad. Eso requiere más conciencia de los gobiernos, gestores de la universidad y profesores/investigadores, para que defiendan e invistan en una política universitaria direccionala al desarrollo de la investigación como base para las acciones en los contextos de la enseñanza y de la extensión, así como requiere la claridad por parte de los profesores/investigadores en las acciones formativas que desarrollan en el campo científico en que actúan.

Palabras claves: Enseñanza-Investigación-Extensión; Grupos de Investigación; Enseñanza con Investigación; Instrumentos de Integración Educativos.

Abstract: The research is the propellant spring for knowledge construction and, for that very reason, is essential for the professor-researcher understand and reflect about the theoretical-practical object that experiences in the teaching. Beyond that, establishes a connection with graduation student, doing with that he learn how to think and reflect about the inherent questions of formation area. In that sense, the formation and consolidation of research groups have been fomented by Brazilian fomentation agencies. The professor is a researcher by essence, therefore there is not possibility administer classes without research, as well as the relationship with community always gives from the object studied. The indissociability between education, research and extension does not occur of spontaneous form, but by means of planned actions and driven by the managements university. That require more conscience of governments, managements university and professors/researchers, so that defend and invest in a politic university come back to development of research as foundation for actions in the contexts of teaching and of extension, as well as require clarity on part of the professors/researchers in formative actions that develop in the scientific field in that actuation.

Keywords: Teaching-Research-Extension; Research Groups; Teaching with Research; Educational Integrated Instruments.

Introdução

As universidades brasileiras atuam em um tripé focando as atividades inerentes ao ensino, à pesquisa e à extensão. Entende-se que essas três atividades devem ser integradas, de tal modo, que uma seja complementar à outra. Este tripé é importante para o desenvolvimento sócio-econômico do país e para a construção da ciência brasileira.

As práticas das universidades brasileiras têm como pressupostos básicos a integração e a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão e a perspectiva da busca do saber e da produção do conhecimento em

todas as áreas que integram as suas estruturas (VALENTIM et al., 2003, p.108).

Destaca-se deste tripé a pesquisa como princípio educativo, pois é inerente ao processo formador, seja no âmbito do ensino (ensino com pesquisa), seja no âmbito da extensão (ação com pesquisa). A pesquisa qualifica, em diferentes momentos, o espaço formador, porque possibilita a construção de conhecimento.

Saviani apresenta da LDB - promulgada em 23 de dezembro de 1996 -, alguns trechos que foram extraídos da Constituição Federal, que segundo o autor estão em consonância com o conceito de educação: “valorização da experiência extra-escolar” e “vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (1998, p.202), ou seja, o estabelecimento da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

As universidades têm este compromisso social, qual seja construir conhecimento que, ao mesmo tempo, sirva para a formação de recursos humanos, bem como para a aplicação na realidade vivenciada, ou seja,

[...] trata-se de uma opção que implica na busca de alternativas inovadoras que, de um lado, possibilitem aos sujeitos sociais envolvidos nesse processo (professores e alunos) práticas comprometidas com a construção permanente dessa capacidade de construir e reconstruir e, de outro, permitam reacender o ideal de uma educação inclusiva, que respeite os conteúdos e processos culturais das comunidades locais, aspectos que também remetem à necessidade de se estabelecer instâncias que elaborem e executem projetos em função da formação do sujeito histórico, integrado e, como tal, incluído nas múltiplas interfaces das realidades sociais, buscando a valorização do ser humano (VALENTIM et al., 2003, p.109).

A pesquisa na área de Ciência da Informação tem se desenvolvido enormemente. Este fato reflete maior maturidade teórica da área, que sem dúvida nenhuma passa por um momento reflexivo sobre o seu objeto e sobre o seu fazer, bem como denota o crescimento de alunos envolvidos com a educação continuada, mais especificamente no nível *stricto sensu*.

“Entende-se pesquisa como um princípio educativo, base para o desenvolvimento e formação de um indivíduo em relação ao ‘saber pensar’” (VALENTIM; GUIMARÃES, 2002, p.32). Existe também, a consciência por parte do docente, da importância do desenvolvimento de pesquisa, tanto para o crescimento profissional, quanto para a preparação dos conteúdos programáticos ministrados em sala de aula.

Rodrigues defende que

[...] buscar a formação integral do estudante através de uma articulação entre o ensino e a pesquisa, tendo a última como eixo integrador dos conteúdos curriculares, parte do pressuposto de que pelo ensino de graduação também se faz produção de conhecimento (2002, p.91).

A pesquisa é a mola propulsora da construção de conhecimento e, por isso mesmo, é essencial para o professor-pesquisador compreender e refletir sobre o objeto teórico-prático que vivencia na docência. Além disso, estabelece uma conexão com o aluno de graduação, fazendo com que ele aprenda a pensar, refletir sobre as questões inerentes a área de formação. A iniciação científica é, sem dúvida, a melhor maneira do estudante de graduação ter acesso ao mundo da pesquisa. Através do desenvolvimento de projetos de pesquisa, vinculados ao projeto do docente, o aluno tem acesso a uma nova forma de estudar e refletir sobre a teoria e a prática da área.

Nesse sentido, a formação e consolidação de grupos de pesquisa têm sido fomentadas pelas agências de fomento, de tal modo, que na grande maioria, as IES brasileiras estabelecem critérios para que o docente receba apoio institucional, somente se estiver formalmente vinculado a um grupo de pesquisa, como exemplo, pode-se citar: solicitar bolsista de iniciação científica, solicitar recursos para participação em eventos, solicitar recursos para impressão ou tradução de textos científicos, entre outras atividades acadêmicas.

A estrutura institucional de apoio à pesquisa também é fundamental, ou seja, o docente-pesquisador precisa ter espaço físico para reunir a equipe de pesquisa, infra-estrutura básica de tecnologias de informação e telecomunicação (computador e acesso a Internet), acervo bibliográfico compatível para desenvolvimento do referencial teórico da pesquisa etc.

O docente é pesquisador por essência, pois não há possibilidade de ministrar aulas sem pesquisa, assim como a relação com a comunidade sempre se dá a partir do objeto estudado.

2. A pesquisa na contexto nacional

A política nacional de pesquisa brasileira tem sido sistematicamente apoiada por diferentes governos. No entanto, mesmo com esse esforço, quando se compara os recursos investidos no Brasil com os investidos por países desenvolvidos, percebe-se que esses recursos são muito pequenos. Outro fator que deve ser melhorado é a desburocratização do acesso aos recursos de pesquisa por parte do pesquisador.

Na maioria das vezes, o pesquisador tem acesso aos recursos governamentais, por meio de editais ou chamadas públicas, direcionadas a uma determinada área de conhecimento, com regras claras e critérios bem definidos, de modo que o pesquisador saiba imediatamente, se possui ou não, condições para concorrer ao edital/chamada. Uma vez que o pesquisador sinta-se contemplado pelo edital/chamada, terá de preencher os formulários necessários, construir um projeto nos moldes solicitados pelas agências de fomento etc. Após a análise e julgamento, mesmo que o projeto tenha mérito, nem sempre isso é garantia de obter os recursos solicitados, porque a demanda é muito grande.

Na última década, tem-se criado uma cultura bastante competitiva, para os pesquisadores que buscam apoio financeiro aos seus projetos de pesquisa. Na área de Ciências Sociais Aplicadas, mais especificamente, na área de Ciência da Informação, esse fato não é diferente do cenário nacional. Isso significa que os docentes-pesquisadores da área têm se dedicado a aprimorar a construção de projetos de pesquisa, visando obter recursos governamentais para o desenvolvimento de suas pesquisas de forma mais agressiva. Se por um lado isso pode ser considerado ruim, por outro lado, promove a atenção dos docentes-pesquisadores ao mundo da pesquisa.

No Brasil, pode-se citar alguns organismos governamentais que são fundamentais para a estrutura de ensino, pesquisa e extensão do país, dentre elas:

a) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): contribuir diretamente para a formação de pesquisadores (mestres, doutores e especialistas em várias áreas de conhecimento), é uma das maiores e mais sólidas estruturas públicas de apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Os investimentos são direcionados para a formação e absorção de recursos humanos e financiamento de projetos de pesquisa que contribuam para o aumento da produção de conhecimento e

geração de novas oportunidades de crescimento para o país;

b) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): articular politicamente as ações do Sistema Nacional de Pós-Graduação estabelecendo diretrizes, programas e ações integradas para o país. Além disso, ela é responsável pela avaliação e reconhecimento dos programas de pós-graduação em nível *stricto sensu*, fornecendo inclusive conceito ao programa de mestrado e/ou doutorado, permitindo desse modo, o acesso da informação à sociedade, sobre o nível e qualidade dos programas de pós-graduação.

c) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP): organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais do país; planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional; subsidiar a formulação de políticas na área da educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior; coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação; definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior; promover a disseminação de informações sobre avaliação da educação básica e superior; e articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira, bilateral e multilateral.

d) Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP): promover e financiar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em empresas, universidades, centros de pesquisa, governo e entidades do terceiro setor, mobilizando recursos financeiros e integrando instrumentos para o desenvolvimento econômico e social do Brasil;

e) Fundações Estaduais de Fomento: objetivam amparar a pesquisa nos Estados, bem como dar apoio à formação de recursos humanos. A maioria dos Estados brasileiros possui fundações desse tipo, dentre elas pode-se citar: FAPESP, Fundação Araucária, FAPERJ, FAPEMIG, FAPERGS etc.;

As universidades brasileiras precisam de agências de fomento fortes que apoiem fortemente a pesquisa no âmbito acadêmico, uma vez que os recursos destinados às universidades públicas conseguem, na maioria das vezes, apenas pagar os salários dos docentes e propiciar a infra-estrutura básica para atender as demandas de ensino. A maioria dos recursos de apoio à pesquisa, nesse contexto, advém de agências nacionais e internacionais. No entanto, se isso é uma realidade, também é importante mencionar que esses recursos são pequenos diante da demanda existente e, neste caso, a seleção para distribuir os recursos existentes é muito competitiva. Desse modo, os docentes/pesquisadores precisam estar 'aptos', em termos competitivos, para obter apoio à suas pesquisas.

3. Grupos de pesquisa

Os grupos de pesquisa têm papel fundamental para dar lastro à pesquisa desenvolvida por um determinado grupo de docentes/pesquisadores, assim como têm papel fundamental quanto à integração do ensino, pesquisa e extensão no âmbito universitário. Nesse contexto, agências federais, como o CNPq, têm apoiado os grupos de pesquisa, com o objetivo de buscar

[...] desenvolver uma consciência na comunidade acadêmica sobre a importância de trabalhar em equipe quanto ao desenvolvimento de pesquisa. A formalização de grupos de pesquisa passou a ser uma exigência para a obtenção de apoio dos órgãos de fomento. Dessa forma, o CNPq, disponibiliza a todas as universidades, públicas e privadas do país, o Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil. O Diretório possibilita a entrada de dados de pesquisadores, alunos (graduação e pós-graduação) e pessoal técnico envolvido em um determinado projeto de pesquisa, bem como à interação entre grupos de modo a se constituir numa rede nacional de pesquisa. Nesse sentido, buscou-se conhecer como tais grupos estão consolidados junto aos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil (VALENTIM et al., 2003, 111p.).

O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil é constituído por bases de dados censitárias e correntes gerenciadas pelo CNPq. Os grupos de pesquisa cadastram-se e informam as linhas de pesquisa, os projetos de pesquisa, os membros da equipe de pesquisa, seja docente, aluno, técnico etc., as parcerias com o setor produtivo, enfim qualquer informação relevante. As instituições de origem do docente/pesquisador certificam o grupo, a partir de critérios próprios de certificação. A questão da certificação institucional é um tema em discussão atualmente. Algumas universidades e institutos de pesquisa certificam seus grupos de pesquisa sem nenhum critério de avaliação, fator que contribui enormemente para grupos de pesquisa que, na prática, não existem de fato.

Número de Instituições, Grupos, Pesquisadores e Pesquisadores Doutores 1993-2004						
Variável	1993	1995	1997	2000	2002	2004
Instituições	99	158	181	224	268	335
Grupos	4.402	7.271	8.632	11.760	15.158	19.470
Pesquisadores (P)	21.541	26.779	33.980	48.781	56.891	77.649
Pesquisadores doutores (D)	10.994	14.308	18.724	27.662	34.349	47.973
(D)/(P) em %	51	53	55	57	60	62

Fonte: CNPq - http://dgp.cnpq.br/censo2004/series_historicas/index_basicas.htm

Considerando que no Diretório estão cadastrados grupos de pesquisa de todo o país, verifica-se uma concentração maior na região sudeste do país, fato que se justifica por causa do número de universidades e institutos de pesquisa existentes. Do mesmo modo, a menor concentração de grupos de pesquisa ocorre na região norte, justamente pelo baixo número de universidades e institutos de pesquisa naquela região do país. Esses números demonstram, de certa maneira, a responsabilidade desses estabelecimentos educacionais e de pesquisa sobre o desenvolvimento da pesquisa nacional.

Distribuição dos Grupos de Pesquisa por Região

Distribuição dos Grupos de Pesquisa por Região 1993-2004						
Região	1993	1995	1997	2000	2002	2004
Sudeste	68%	69%	66%	57%	52%	52%
Sul	16%	15%	16%	20%	24%	24%
Nordeste	10%	10%	12%	15%	15%	14%
Centro-Oeste	4%	4%	4%	5%	5%	6%
Norte	2%	2%	2%	3%	4%	4%
Brasil	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: CNPq - http://dgp.cnpq.br/censo2004/series_historicas/index_basicas.htm

Para Demo é necessário

[...] combinar elaboração individual e coletiva. Uma não substitui a outra, pois cada qual tem seu lugar. A elaboração individual é importante porque aprimora a capacidade própria de propor e traduz o talento de cada um. A coletiva também é importante, porque, em sociedade, é preciso saber trabalhar em equipe (2000, p.95-6).

Desenvolver pesquisa em grupo é uma atividade essencial, que viabiliza o compartilhamento de conhecimento e possibilita a melhoria da pesquisa em todos seus aspectos. Essa prática precisa ser mais difundida entre os pares da área.

4. Programas de iniciação científica

Os programas de iniciação científica (I.C.) desenvolvidos no país são extremamente importantes para o desenvolvimento de novos pesquisadores nas diversas áreas do conhecimento. O CNPq coordena nacionalmente o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (P.I.B.I.C.), que tem como objetivos:

- Despertar a vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes de graduação;
- Contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores.

Esse programa apóia todas as IES brasileiras e distribuirá no período 2005/2006, o total de 16.694 (dezesseis mil seiscentas e noventa e quatro) bolsas para alunos de cursos de graduação de norte a sul do Brasil. No período de agosto de 2002 a julho de 2003 a área de Ciências Sociais Aplicadas recebeu 1.006 bolsas de iniciação científica.

Bolsas de Iniciação Científica - Programa PIBIC Área de Ciências Sociais Aplicadas Valores Pagos em R\$ - Período de 2001-2003			
Subárea de conhecimento	2001	2002	2003
Administração	485.994	497.511	497.028
Arquitetura e Urbanismo	407.669	383.276	342.461
Ciência da Informação	98.778	126.310	162.536
Comunicação	292.579	322.657	327.488
Demografia	17.147	40.815	45.645
Direito	466.639	505.480	480.363
Economia	661.068	686.371	689.511
Economia Doméstica	40.574	33.087	21.494

Museologia	5.796	9.419	7.970
Planejamento Urbano e Regional	131.623	151.668	154.566
Serviço Social	201.178	242.235	265.903
Turismo	8.936	10.385	16.423
Não informado	54.823	27.774	28.981
Total Geral	2.872.802	3.036.988	3.040.369

Fonte: CNPq - <http://fomentonacional.cnpq.br/dmfomento/home/fmtvisualizador.jsp>

Além do programa coordenado pelo CNPq, existem os programas próprios desenvolvidos nas IES, que de modo geral seguem os mesmos critérios para distribuição e avaliação da iniciação científica.

Os critérios estabelecidos para que o aluno de graduação seja contemplado com uma bolsa de iniciação científica são:

- Elaboração de um subprojeto de pesquisa, vinculado a um projeto de pesquisa de um docente/pesquisador;
- Análise e aprovação do subprojeto pelo Comitê local de iniciação científica da IES;
- Elaboração de relatórios parciais e relatório final do subprojeto;
- Apresentação dos resultados em eventos de iniciação científica em âmbito regional e local.

Os eventos de iniciação científica ocorrem anualmente, sob a coordenação das IES de uma determinada cidade ou região, de modo a atender um dos requisitos de avaliação dos alunos que obtêm bolsas de iniciação científica, qual seja, obrigatoriedade de apresentarem os resultados da pesquisa em um evento científico.

Os eventos de iniciação científica envolvem toda a comunidade universitária, uma vez que assessores do CNPq especificamente vinculados à iniciação científica, participam do evento, assistem as apresentações e observam toda a estrutura de organização, objetivando avaliar o contexto de I.C. em relação à qualidade, consistência, seriedade e confiabilidade do P.I.B.I.C. implementado nas IES participantes.

Os relatórios elaborados pelos assessores do CNPq sobre os eventos de iniciação científica, subsidiam a distribuição das bolsas de iniciação científica nas diversas IES do país.

Para Masetto:

Embora toda a organização curricular do ensino superior no Brasil estivesse voltada para a transmissão de conhecimentos e experiências de profissionais e, por isso mesmo, a grande preocupação sempre girasse em torno de encontrar professores competentes para ensinar, sem dúvida, o aluno-aprendiz não se colocava fora dos horizontes desse ensino (2002, p.11).

Percebe-se que o aluno necessita de outras ações formativas, de modo a proporcionar contatos diferenciados com os saberes da área de especialidade escolhida. Nesse sentido, os programas de iniciação científica são uma das ações mais importantes realizadas em âmbito governamental, voltadas ao ensino superior.

Demo afirma: “torna-se premente assumir, definitivamente, que a melhor maneira de aprender não é escutar aula, mas pesquisar e elaborar com mão própria, sob a orientação do professor” (2000, p.85).

A atividade de iniciação científica é fundamental para a formação de recursos humanos mais bem qualificados para o desenvolvimento de pesquisa, seja em âmbito público ou privado, seja no âmbito da pesquisa básica ou aplicada, seja no âmbito acadêmico/científico ou empresarial.

5. Pesquisa e extensão

A extensão é a consolidação da pesquisa. A pesquisa deve ter um cunho social, porquanto construir conhecimento deve servir à sociedade de alguma forma, em algum momento, caso contrário não faz sentido. A relação pesquisa-extensão é fundamental para o docente/pesquisador e para o aluno, pois é a partir desta relação que se estabelece a interação universidade-empresa. A Lei de Inovação Tecnológica N° 10.973 estabelece medidas de incentivo à pesquisa e à inovação e cria mecanismos de gestão para as instituições científicas e tecnológicas (órgãos e entidades da administração pública federal, direta ou indireta) e sua relação com o setor produtivo, principalmente as empresas de base tecnológica (EBT), mediante a implementação de medidas de três naturezas:

- Flexibiliza as atividades das instituições e as relações de trabalho das instituições científicas e tecnológicas;
- Estabelece regime de comercialização das inovações geradas nas instituições científicas e tecnológicas;
- Cria mecanismos para favorecer o ambiente inovativo empresarial (BRASIL, 2004).

Esta Lei vai propiciar a melhoria da relação entre o ensino, pesquisa e extensão, porque atinge a relação do docente/pesquisador, bem como do aluno de graduação e pós-graduação com o setor produtivo. A atuação do docente/pesquisador, portanto, será mais próxima à sociedade, pois fechará o ciclo ensino/pesquisa/extensão e retroalimentará o docente/pesquisador com novos objetos de pesquisa. Por outro lado, o setor produtivo terá maior contato com a academia e, certamente, apoiará de forma mais efetiva as pesquisas básicas realizadas no âmbito da universidade e dos institutos de pesquisa.

O ensino superior ainda é o maior empregador de mão-de-obra qualificada. Nesse sentido, é necessário que a iniciativa privada perceba a importância de possuir em seus quadros funcionais pessoas com alta capacitação para desenvolver pesquisa e formação de recursos humanos neste segmento econômico tão importante para o país.

Os recursos humanos do país desenvolvem, cada vez mais, atividades técnico-científicas, por isso mesmo, a formação acadêmica é muito importante para qualquer pessoa, que queira atuar em paradigmas competitivos e com boa remuneração. Além disso, as perspectivas para o futuro indicam que os trabalhadores do conhecimento serão maioria nos diferentes segmentos econômicos.

Atualmente, o setor privado já emprega mais pessoas qualificadas. No entanto, percebe-se claramente a diferença do ensino público em relação ao ensino privado quanto ao total de docentes qualificados atuantes em instituições públicas.

O Ministério da Ciência e Tecnologia precisa de mais recursos direcionados à pesquisa e a pós-graduação, de modo que os programas e as ações governamentais já existentes possam receber e distribuir mais recursos nacionalmente, bem como seja

possível implementar outros programas e ações que possibilitem de forma efetiva o desenvolvimento do país. Somente a pesquisa e a qualificação de recursos humanos viabilizam o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social de um país.

6. Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão

Cabe refletir sobre o papel dos grupos de pesquisa em relação à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. A universidade sem dúvida nenhuma tem como missão fundamental construir conhecimento, pois é por meio dessa construção que a sociedade avança, reflete e pensa/repensa sua ação.

No nível do ensino superior, essa compreensão permeia e altera o entendimento das práticas tradicionais de ensinar e aprender, incluindo a definição de currículos, porque altera, em primeiro lugar, a perspectiva epistemológica da produção do conhecimento e o concebe como um fenômeno cultural (CUNHA, 2002, p.29).

Refletir sobre a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, faz-se necessário para entender o papel da pesquisa no contexto formativo da universidade.

Pensar o ensino indissociado da pesquisa é pensar o ensino com base na lógica da pesquisa, isto é, como ela se constitui. Percebe-se, então, que é possível tomar diferentes caminhos para a realização de uma investigação, mas é forçoso admitir que não há pesquisa sem dúvida, sem questionamento. Isso significa reconhecer que a pesquisa tem a dúvida como princípio fundamental. É ela que nos impulsiona a refletir, a levantar questões, a procurar respostas, a imaginar possibilidades, enfim, a estudar e construir conhecimento. Foi assim que, historicamente, a humanidade se comportou ao trilhar a trajetória do conhecimento (CUNHA, 2002, p.30).

A pesquisa, portanto, é alimento para a formulação de questões para a construção de conhecimento, se a universidade tem como missão fundamental construir conhecimento, a pesquisa, portanto, deve perpassar o ensino e a extensão. Nesse contexto, os grupos de pesquisa podem ser instrumentos valiosos para a obtenção desta indissociabilidade.

Os grupos de pesquisa integram pessoas, pois geralmente fazem parte dele, docentes/pesquisadores, alunos de graduação, alunos de pós-graduação, profissionais (egressos ou não dos cursos), funcionários (administrativos e/ou técnicos) etc., essa rede se comporta de forma coesa, consistente, pois todos têm objetivos comuns. A partir do projeto integrado de um docente/pesquisador, outros subprojetos são elaborados, e cada pessoa ou subgrupos atuam no sentido de refletir, levantar questões, procurar respostas, estudar e construir conhecimento sobre determinado objeto.

As reuniões do grupo devem acontecer periodicamente, de forma, que todos compartilhem suas leituras, suas reflexões. Essa socialização de conhecimento faz com que cada membro do grupo internalize e construa novo conhecimento ao longo do tempo, propiciando assim, maior crescimento e maturidade sobre as reflexões e questionamentos dos fenômenos estudados. Outro ponto importante proporcionado pela socialização do conhecimento é a obtenção de uma visão global do fenômeno estudado, uma vez que cada membro é responsável por um determinado aspecto do fenômeno estudado.

Para o docente/pesquisador este compartilhamento proporciona um eterno repensar do objeto de pesquisa, bem como provoca a atualização contínua dos seus conteúdos programáticos ministrados em sala de aula. Da mesma forma, para o profissional (egresso ou não) este compartilhamento proporciona a reflexão sobre o fazer na realidade vivenciada. Para o aluno este compartilhamento é vital, pois é por meio dele que o aluno aprende a questionar e a refletir, dando-lhe maturidade para o desenvolvimento da pesquisa científica. Além disso, a formação do aluno que tem contato com grupos de pesquisa, consequentemente, com um projeto de pesquisa é mais bem qualificada, preparando-o para atuar como profissional mais consciente, mais crítico ou preparando-o para seguir a formação no nível *stricto sensu*.

A ação do grupo de pesquisa é efetiva, no que diz respeito, a observar a complexidade dos fenômenos, uma vez que estudar um determinado fenômeno sob vários ângulos, propicia uma visão não reducionista do problema, bem como propicia humildade nas descobertas e constatações obtidas durante o processo de pesquisa. Além disso, os fenômenos estudados ganham melhor contorno e maior consistência teórica, proporcionando aos envolvidos maior segurança no processo de tomada de decisão quanto aos aportes teóricos escolhidos e a construção de conceitos base que alicerçaram a pesquisa. Sobre este aspecto Morin afirma “conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente certa, mas dialogar com a incerteza” (2000, p.59).

Morin defende que:

Para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo é necessária a reforma do pensamento. Entretanto, esta reforma é paradigmática e, não, programática: é a questão fundamental da educação, já que se refere à nossa aptidão para organizar o conhecimento. A esse problema universal confronta-se a educação do futuro, pois existe inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre, de um lado, os saberes desunidos, divididos, compartimentados e, de outro, as realidades ou problemas cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários (2002, p.35-6).

A importância de estudar fenômenos sob diferentes ângulos, de modo a compreendê-los melhor, justifica-se porquanto os objetos de pesquisa não são isolados enquanto fenômenos e, isso, requer uma visão de mundo sem preconceitos, assim como requer uma consciência da complexidade das coisas.

Morin (2000, p.102) afirma que o processo formativo é importante sob vários aspectos, entre eles destaca: preparar os indivíduos para a complexidade dos problemas, para enfrentar as incertezas.

A indissociabilidade, entre ensino, pesquisa e extensão, requer uma efetiva interação entre as IES e o setor produtivo, pois é a partir dessa interação que o país obterá desenvolvimento socioeconômico e tecnológico. No entanto, é uma relação que precisa ser construída, pois é muito frágil. Nesse contexto, os grupos de pesquisa têm papel fundamental, uma vez que podem criar os mecanismos necessários para a efetividade da interação.

Considerações finais

A importância dos grupos de pesquisa, entendidos como alicerces da pesquisa científica e tecnológica, no âmbito

universitário, porquanto são responsáveis pela efetividade da indissociabilidade, entre o ensino, a pesquisa e a extensão, possibilitam a integração de indivíduos de diferentes contextos, do acadêmico ao industrial, construindo certo equilíbrio entre o teórico e o prático.

Esse fato propicia uma visão global, entre seus membros, do fenômeno estudado, não permitindo olhar reducionista e monodisciplinar. Além disso, dá a dimensão da complexidade das questões e problemas inerentes ao fenômeno e retroalimenta o sistema formativo, tanto no âmbito da graduação, quanto da pós-graduação.

É importante mencionar que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não se dá espontaneamente, mas sim, por meio de ações planejadas e dirigidas pelos gestores universitários. Isso requer maior consciência dos governantes, gestores universitários e docentes/pesquisadores, de modo que defendam e invistam em uma política universitária voltada ao desenvolvimento da pesquisa como alicerce para as ações nos contextos do ensino e da extensão, assim como requer clareza por parte dos docentes/pesquisadores nas ações formativas que desenvolvem no campo científico em que atuam.

Não é possível dissociar o ato de ensinar do ato de produzir conhecimento. Não é possível dissociar o ato de produzir conhecimento do ato de uma determinada sociedade usar o conhecimento produzido. Os grupos de pesquisas devem ser objetos de uma ação planejada, de uma ação política, visando essa indissociabilidade.

Os currículos dos cursos de graduação alimentam-se dos fenômenos estudados e da compreensão deles, é por meio disso que as atualizações são feitas, que os docentes/pesquisadores aprofundam seus saberes, que a sociedade recebe recursos humanos preparados para atuar em prol das demandas sociais existentes, que a ciência é construída.

O processo ensino-aprendizagem e o processo ensino-ação somente serão fortalecidos a partir da construção de conhecimento. A pesquisa, portanto, é subsídio para esses processos, pois pesquisa significa estudo, significa dedicar-se a compreender fenômenos e a dar respostas às questões e problemas existentes.

Os gestores universitários e o governo precisam apoiar sistematicamente os grupos de pesquisa, por meio de políticas universitárias que consolidem os grupos existentes e apoiem os grupos em formação, também devem propiciar uma infra-estrutura adequada, que permita aos grupos de pesquisa desenvolver suas pesquisas, desde salas específicas para os estudos desenvolvidos pelos grupos de pesquisa até equipamentos e laboratórios necessários ao desenvolvimento da pesquisa.

Referencias bibliográficas

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Lei N° 10.973 (Lei de Inovação). Brasília, 2004. 8p.

CUNHA, M. I. da. Aportes teóricos e reflexões da prática: a emergente reconfiguração dos currículos universitários. In: MASETTO, M. (Org.). Docência na universidade. 4.ed. Campinas: Papyrus, 2002. p.27-38 (Coleção Praxis)

DEMO, P. Saber pensar. São Paulo: Cortez : Instituto Paulo Freire, 2000. 159p. (Guia da Escola Cidadã, 6)

MASETTO, M. Professor universitário: um profissional da educação na atividade docente. In: _____. Docência na universidade. 4.ed. Campinas: Papyrus, 2002. p.9-26 (Coleção Praxis)

MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. 128p.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 6.ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2002. 118p.

RODRIGUES, M. E. F. A pesquisa como princípio educativo na formação do profissional da informação. In: VALENTIM, M. L. P. (Org.). Formação do profissional da informação. São Paulo: Polis, 2002. p.89-101 (Coleção Palavra-Chave, 13)

SAVIANI, D. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 4.ed. Campinas: Autores Associados, 1998. 242p. (Coleção Educação Contemporânea)

VALENTIM, M. L. P. et al. As articulações da pesquisa com o ensino e a extensão nos cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação do Mercosul. Transinformação, Campinas, v.15, n.2, p.106-117, maio/ago. 2003.

VALENTIM, M. L. P.; GUIMARÃES, J. A. C. Diretrizes políticas e estratégicas para a formação docente voltadas à pesquisa e à extensão: Brasil. Transinformação, Campinas, v.14, n.1, p.29-39, jan./jul. 2002.

F@ro

Revista teórica del Departamento de Ciencias de la Comunicación y de la Información
Facultad de Humanidades - Universidad de Playa Ancha

PRESENTACIÓN | MONOGRÁFICO | ESTUDIOS | RESEÑAS Y RECENSIONES | E-RECURSOS
Ediciones Anteriores | Staff Revista F@ro | Buscador | Contacto